



EUA começam implantar mudanças no ensino jurídico do país

O aperfeiçoamento na formação de advogados e a qualidade dos cursos superiores de Direito teve destaque esta semana nos EUA, em publicações e websites voltados à área jurídica. O tema ganhou atenção depois da divulgação do resultado de uma pesquisa feita por duas empresas de logística na área empresarial que assessoram bancas de advocacia, a ALM Intelligence e Practical Law Company (PLC).

De acordo com a pesquisa, apesar de a recuperação da situação financeira do país ainda ser lenta, escritórios de advocacia têm empenhado recursos em programas de treinamento para sócios e funcionários. Mais da metade dos profissionais consultados, entre eles sócios em bancas, advogados e profissionais da área administrativa, afirmaram que as empresas em que atuam tinham aumentado a quantidade de tempo dedicado a treinamento e programas de aperfeiçoamento profissional.

A pesquisa revelou ainda que grande parte das empresas estão comprometidas em implantar programas desse tipo. De acordo com os resultados, 58% dos escritórios que responderam à pesquisa adotaram programas formais de treinamento enquanto 34% o fizeram por meio de métodos ad hoc, ou seja, voltados para um fim específico, para desenvolver determinadas capacidades ou visando um certo resultado. Somente 4% dos entrevistados disseram que suas empresas não têm por costume investir em programas de treinamento e nem pretendem implantá-los.

A “Consulta para o Suporte de Escritórios de Advocacia e Desenvolvimento Profissional 2010” foi conduzida entre agosto e setembro de 2010, com o envio de um questionário a 7.546 empresas, sendo que 140 delas prestaram todas as informações solicitadas.

Universidades

O National Law Journal noticiou nesta quinta-feira (18/11) que o grupo, que há um ano se reuniu em Scottsdale, no Arizona, para discutir reformas na educação e formação de advogados nos EUA, finalmente elaborou um programa de ação para levar a cabo as conclusões a que chegaram na ocasião do encontro.

Com a participação de mais de 150 organizações, entre empresas de advocacia, juristas e especialistas em aperfeiçoamento profissional, a cúpula elaborou um documento que contém 16 recomendações que abrangem os mais distintos temas envolvendo a formação de um advogado. Entre as recomendações está o estabelecimento de um perfil de competências para o profissional de Direito, mudanças nos currículos das instituições de ensino, alterações nas regras de credenciamento para ensino à distância, criação de programas de treinamento junto às bancas de advocacia e até mesmo a substituição dos exames de ordem por um sistema de testes regulares a que deva ser submetido o advogado ao longo de um determinado período.

Um ano depois de se reunirem no estado do Arizona, o grupo agora entrou em fase de execução dos trabalhos, com a finalidade de colocar em prática as propostas listadas durante a cúpula. “Temos uma série de objetivos, mas há áreas-chave que são mais complexas e exigem mais trabalho para não se perderem na discussão”, afirmou ao *The National Law Journal*, Leslie Belasco, diretora de pesquisa e desenvolvimento do Instituto Americano de Direito vinculado à Associação Americana de Advogados (ABA). O instituto liderou, junto com a Associação de Educação Continuada para o Estudo do Direito, o encontro de um ano atrás.

Ainda de acordo com o *National Law Journal*, a intenção da equipe é também enviar uma série de recomendações ao comitê da Associação Americana de Advogados (ABA), que dá pareceres sobre o funcionamento de faculdades de Direito. As recomendações contemplam mudanças nas exigências para que instituições de ensino obtenham o credenciamento junto à associação.

Segundo, Leslie Belasco, serão necessários entre três e cinco anos para atingir a maioria dos objetivos estabelecidos durante o encontro.